



E viesse outro amo que lhes soubesse criar melhor **Negociar o trabalho escravo em Moçambique no século XVIII**

Eugénia Rodrigues*

P 53-71

Introdução

Os estudos sobre a escravatura dos africanos, focados durante décadas nas Américas, têm prestado nos últimos tempos uma atenção crescente às dimensões da escravidão em África. Essas investigações têm desvelado a diversidade de situações associadas à categoria de escravo e as fronteiras por vezes ténues entre a escravatura e a liberdade (v.g. Cooper, Holt e Scott, 2005). Concomitantemente, têm destacado a relevância do conhecimento das formas de resistência escrava em África, até para compreender as culturas africanas de resistência transpostas ou recriadas nas Américas. Em artigo recente, José C. Curto recenseou o limitado número de estudos sobre a resistência ao tráfico e à escravatura em África, argumentando que neste continente o fenómeno não era menos expressivo do que nas Américas. Esse balanço bibliográfico evidenciava, no seu entender, uma anomalia: *“a historiografia existente sobre a resistência à escravidão indica ser este um fenómeno próprio das Américas”* (Curto, 2005). Não indo tão longe, também Edward A. Alpers constatou que a literatura sobre as fugas e a construção de comunidades de fugitivos era muito mais abundante para a América do que para o continente africano. Todavia, argumentou que a emergência de estudos sobre a escravatura em África indica que as várias formas de rebeldia neste continente eram mais frequentes e geograficamente disseminadas do que anteriores investigações sugeriam (Alpers, 2003).

A generalidade dos estudos realçou também a diminuta frequência de insurreições armadas, evidenciando a fuga nas suas várias formas - desde a procura de outro senhor, à ausência temporária até à constituição de comunidades de fugitivos - enquanto dimensão significativa da resistência dos escravos (Curto, 2005; Alpers, 2003; Campbell e Alpers, 2004). Ainda assim, no caso da África Oriental, G. Campbell e E. A. Alpers concluíram que, a par das revoltas, também as fugas eram limitadas porque a maioria dos escravos eram mulheres, que não só tinham mais oportunidades de serem assimiladas pelo grupo

* Instituto de Investigação Científica Tropical

dos seus senhores, como também tentavam proteger os filhos dos riscos da resistência (Campbell e Alpers, 2004).

Este artigo pretende contribuir para o conhecimento da resistência protagonizada por escravos em África, num contexto distinto dos que mobilizam a maior parte dos estudos, ou seja, a resistência associada ao tráfico e a que se desenvolveu em economias de plantação. Incide sobre um levantamento armado dos cativos dos religiosos dominicanos, em 1782, na feira do Zumbo. Localizado na confluência dos rios Zambeze e Aruângua, este era então o principal entreposto comercial da capitania portuguesa de Moçambique no interior da África Oriental. Com o seu governador e capitão-mor e o seu senado da câmara, instituído em 1764, a povoação, com o estatuto de vila desde esse ano, dependia do governador e tenente-general dos Rios de Sena, com assento em Tete, mas estava separada do extenso território que constituía este governo por várias chefaturas africanas e longos dias de viagem.

O limitado espaço da feira fora adquirido, como outros na região, em troca do auxílio prestado pelos mercadores a linhagens africanas. No início da década de 1780, incluía as áreas cedidas pelos nsengas - uma das nações maraves que dominavam o norte do Zambeze, a leste do Aruângua - as quais compreendiam a ilha de Meroa (Chitakatira) e a terra Mazansua, para onde a feira foi transposta c. 1723. O posterior envolvimento na política africana, provavelmente depois dos anos de 1760, colocou sob a alçada dos apitães-mores do Zumbo a terra Mukaranga, no Dande, na margem sul do Zambeze, e a península de Mucariva, na banda ocidental do Aruângua, cedida pelo chefe Mburuma, de nação luenge¹.

Da feira, saíam as caravanas dos mercadores, compostas pelos seus agentes africanos, os “mussambazes” (*vashambadzi*). As rotas para o sul do Zambeze dirigiam-se à Mukaranga, Muzezuru, Dande e Butua, este o principal mercado fornecedor do ouro. A norte do rio, as caravanas procuravam, sobretudo, o marfim dos territórios de Nsenga, Luenge e Mamba. Os mercadores do Zumbo ocupavam-se, igualmente, da exploração de minas de ouro, os “bares”, também situadas a norte do Zambeze, no país nsenga. Desde a sua fundação, no início da centúria, a prosperidade do Zumbo atraía um elevado número de moradores, na sua maioria de origem goesa, que se abasteciam na povoação de Tete. Por volta de 1749, a feira tinha 80 habitantes com riqueza suficiente para serem considerados “moradores”, num total de 478 cristãos. Mas, a partir da década de 1760, dificuldades crescentes conduziram ao seu progressivo declínio, num contexto de, por um lado, uma maior fragmentação do poder e emergência de novas chefias africanas e, por outro, de uma maior competição comercial (Mudenge, 1974, 1977, 1988; Beach, 1980; Newitt, 1995; Rodrigues, 2002).

Nesta feira, encravada em território de chefaturas africanas, os senhores tinham de negociar permanentemente o trabalho dos seus escravos, ainda mais do que nos prazos que os portugueses possuíam no vasto território dos Rios de Sena, ao longo do Zambeze, ou noutras vilas dispersas pela capitania de Moçambique. Com efeito, as tentativas dos senhores para imporem novos modelos de organizar o trabalho defrontavam-se frequentemente com a oposição dos cativos. Pretende-se explorar neste texto os signi-

1 A. Isaacman e B. Isaacman indicam o povo a oeste do Aruângua como “ansengas” (Isaacman e Isaacman, 2006: 251-252), mas a documentação portuguesa refere-o como luenge. Ver, p.e., “Relação da Descrição dos Limites da Villa do Zumbo, e desta Mucariva; suas distancias, confins dos Reinos, e Terras sercunvizinhas; e correspondencias estabelecidas dos Senhorios dellas”, 30 de Abril de 1801, Arquivo Histórico Ultramarino (doravante, AHU), Moçambique (doravante, Moç.), cx. 79, doc. 87.

ficados de ser escravo neste contexto social e histórico, as estratégias de resistência dos cativos e o lugar das alianças políticas nesse processo.

Escravatura no Zumbo: os “cafres da religião”

Vários estudos sobre a escravatura na África Oriental, como na generalidade do continente, evidenciaram a diversidade de práticas no espaço e no tempo (v.g. Alpers, 2003; Miers, 2003; Miller, 2003; Campbell e Alpers, 2004) e essa variedade encontrava-se também ao longo do rio Zambeze. G. Campbell e E. A. Alpers analisaram a escravatura na África Oriental em termos de “sistemas”, que classificaram como “abertos” e “fechados”, caracterizados, respectivamente, pela assimilação dos escravos pela sociedade dominante ou a sua exclusão dela, embora tivessem notado que a mobilidade social era construída mesmo nos “sistemas fechados” (Campbell e Alpers, 2004: x). E. Alpers sublinhou também que nos “sistemas abertos” os escravos se mantinham integrados nas suas linhagens, diferentemente do que acontecia nas economias de plantação leste-africanas (Alpers, 2003: 51). Tudo indica que na região do vale do Zambeze, grande parte dos escravos continuava vinculada ao seu grupo de parentesco, em resultado de processos de escravização voluntária, mas encontravam-se também cativos oriundos de zonas distantes, que podiam ou não integrar-se em novas linhagens (Rodrigues, 2001; Rodrigues, 2002). Na verdade, como defendeu J. Miller, importa sobretudo entender a escravatura em relação às várias práticas nos seus distintos contextos históricos, nas suas variações no espaço e no tempo (Miller, 2004). Aqui ocupar-me-ei particularmente dos escravos pertencentes à Ordem dos Pregadores, cuja entrada na escravidão estivera intimamente associada à figura de Frei Pedro da Trindade e ao seu papel no Zumbo.

Frei Pedro da Trindade, da Ordem dos Pregadores, desenvolvera uma actividade multifacetada e profundamente envolvida na política local: não só se ocupara da mineração e do comércio, como actuara como chefe e como curandeiro. Aparentemente, ele ganhou projecção quando, por ocasião da grande fome da década de 1710, trocou alimentos por trabalho para construir a igreja local, conforme a tradição oral recolhida no século XIX pelo capitão-mor Albino Pacheco (Pacheco, 1883 (1864): 220). O padre conseguiu controlar um largo número de escravos usando o instrumento do “corpo vendido”, a escravização voluntária vigente nas sociedades africanas da região. Independentemente da violência que este processo encerrava, como salientou S. Miers (Miers, 2003: 7), ele era vulgarmente empregue por outros senhores europeus e africanos. De facto, os estudos sobre a escravidão em África, e também no vale do Zambeze, focam sobretudo a guerra e a captura como formas relevantes de aquisição de escravos². No entanto, em grande parte do século XVIII, antes da intensificação do tráfico, a maioria dos escravos nesta região aparece associada à escravização voluntária, sobretudo relacionada com crises alimentares e com o endividamento ligado ao crédito comercial. Em geral, esse processo ocorria mediante um ritual (designado a norte do Zambeze por “quebra mitete”) que assegurava ao escravo vários direitos, entre os quais o de não ser vendido para fora da sua pátria. E como a escravatura era uma instituição hereditária, esses direitos estendiam-se aos descendentes dos primeiros escravizados (Isaacman, 1972; Newitt, 1973; Capela, 1995;

2 Conforme outros autores, nos prazos do vale do Zambeze, a conquista e a captura eram as principais formas de adquirir escravos, sendo a escravização voluntária de camponeses desse território apenas ocasional. (Isaacman e Isaacman, 2006: 67). Sobre a importância da guerra na captura de escravos na África em geral, ver, por exemplo, Thornton, 1992; Lovejoy, 1983.

Rodrigues, 2001, 2002). Controlando uma imensa mão-de-obra, o padre passou a organizar caravanas comerciais e a explorar ouro no “bar” de Pemba, também chamado de Frei Pedro. Através das suas actividades, o dominicano adquiriu “*hum grande respeito entre aqueles negros*”: os seus *vashambadzi* tinham um salvo-conduto do *changamira* de Butua, o que prevenia os furtos das caravanas comerciais, enquanto as suas terras “*estavão isentas de roubos, e mais vexações, a q. as mais estavão expostas*”³.

Mas, a projecção de Frei Pedro ultrapassava o prestígio alcançado pela sua riqueza e capacidade de distribuir bens, que tinham feito dele um chefe. Entre os africanos, ele também era conhecido como curandeiro, tendo-se celebrizado por ter desenvolvido um remédio contra a toxina das flechas envenenadas usadas pelos maraves. O “óleo de frei Pedro” tornou-se muito popular na região, tal como constatou David Livingstone quando por lá passou em Oitocentos. Após a morte do dominicano, cerca de 1751, ele entrou na categoria de *mhondoro* (leão) e tinha o seu *medium* (Mudenge, 1988; Denis, 1998: 51-54). Isso significava que ele passara a ser um espírito ancestral no mesmo plano que os grandes *amambo* (chefes), que encarnavam num leão, conforme a religião dos karangas do sul do Zambeze. A estes espíritos era atribuído o poder de controlar as chuvas e as colheitas, pelo que eles podiam afectar a vida de toda a comunidade (Oliveira, 1976: 102-106). O poder atribuído ao *mhondoro* do dominicano indicia também a sua enorme autoridade e prestígio em vida.

Embora a fama de Frei Pedro esteja mais documentada do que a sua actividade na feira, tudo indica que, combinando atributos de chefe e de curandeiro, ele conseguiu reunir uma grande quantidade de cativos, legados aos seus sucessores. Com efeito, as vantagens materiais e ideológicas de ter como senhor os dominicanos eram então bastante atractivas, pela sua fortuna e pelo prestígio que detinham no interior da África Oriental. Entre os escravos de Frei Pedro estavam indivíduos do sul do Zambeze, como parece indicar a sua passagem a *mhondoro*, mas certamente também pessoas recrutadas entre os luenges e os nsengas que habitavam a norte do rio. Estrategicamente colocada na confluência de rios que teoricamente serviam de fronteira a vários povos, embora as migrações mormente do sul para o norte do Zambeze fossem frequentes, o Zumbo parece ter sido permeável a todos eles. Na década de 1760, esses escravos eram estimados em 1 600, numa altura em que o mais rico morador da feira possuía cerca de 1 000⁴. Presumivelmente, Frei Pedro, mercê da sua riqueza e influência, terá angariado um maior número de seguidores. Também é provável que na altura destes acontecimentos, a década de 1780, essa cifra fosse inferior, devido ao declínio da feira e da própria actividade dos dominicanos. Como se verificava nas casas senhoriais dos prazos dos Rios de Sena (Rodrigues, 2008), os escravos dos dominicanos dividiam-se entre os que se aplicavam ao trabalho doméstico e os que forneciam serviços ligados ao comércio, à mineração e à guerra. Grande parte desses indivíduos estava ocupada com os negócios dos padres, levando as suas fazendas por caminhos perigosos até paragens longínquas ou tratando das trocas relacionadas com a sua subsistência. Eles eram os “mussambazes”, tendo de prestar contas aos amos no regresso das caravanas⁵. Outros assistiam nos “bares”, que, além de locais onde se fazia a mineração do ouro, serviam também de entrepostos comerciais, todos eles localizados em território nsenga. Estas actividades económicas exigiam o recrutamento de

3 Anónimo, “Memórias sobre a Costa d’África Oriental e algumas reflexões úteis para estabelecer melhor, e fazer mais florente o seu comercio”, 1762, in Andrade, 1955: 200.

4 António Pinto Miranda, c. 1766, “Memória sobre a Costa de África”, in Andrade, 1955: 265.

5 Trelado do termo do adjunto de 24 de Outubro de 1982, AHU, Moç., cx. 40, doc. 69; Carta de Frei Vasco de N^o S^o do Pilar para o governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro, 20 de Janeiro de 1783, AHU, Moç., cx. 41, doc. 7.

escravos especializados, como ourives, carpinteiros e ferreiros, os quais podiam circular entre as casas de S. Domingos situadas no Zumbo e os “bares” do ouro, como acontecia na década de 1780⁶. Alguns escravos ocupavam-se das actividades militares e na zona dos prazos do vale do Zambeze eram conhecidos por *achikunda*, embora esta designação não apareça na documentação produzida sobre a feira durante o século XVIII⁷. Todos estes indivíduos estavam organizados em grupos chefiados pelos próprios escravos, com uma estrutura de comando piramidal, no topo da qual estavam os *akazambo* (sing. *mukazambo*). Distintamente da maior parte de África, onde as mulheres preponderavam nos grupos de escravos (Robertson e Klein, 1983: 4-5; Campbell e Alpers, 2004), na feira do Zumbo, o predomínio das actividades mercantis exigia que a maioria dos cativos fossem homens, conforme a divisão do trabalho por género. E embora nos “bares” de ouro o serviço de mineração fosse executado pelas mulheres⁸, como acontecia na generalidade das minas localizadas a norte do Zambeze, as trocas comerciais e toda a estrutura de defesa aí montada requeriam também mão-de-obra masculina.

Se os escravos de serviço doméstico residiam na povoação, nas *ntemba* (habitações de estrutura vegetal) localizadas junto das casas dos padres, certamente dentro do próprio amuralhado que as circundava, os restantes cativos habitavam em locais mais distantes, como o termo da vila, os “bares” de ouro ou o território dos chefes vizinhos. Dispunham, assim, de uma grande mobilidade geográfica e habitualmente cultivavam as suas próprias terras, como acontecia nos prazos do vale do Zambeze e fica claro na documentação sobre este levantamento⁹. Como foi notado em relação a outros contextos africanos (Miers, 2003; Miller, 2004; Campbell e Alpers, 2004), estes escravos gozavam, portanto, de grande autonomia, o que decorria das práticas da escravatura na região e era também reclamado pelas suas ocupações laborais, sobretudo no caso dos que se ausentavam durante meses em mercados distantes ou nas minas.

O facto de os escravos morarem longe dos seus senhores, por vezes em território de chefes africanos, como acontecia no Zumbo, não significava necessariamente que estivessem fugidos, embora, no início da década de 1780, fosse reportada a existência de inúmeros escravos evadidos. A fuga temporária ou permanente, em busca da protecção de um senhor africano ou português, era uma forma de resistência comum no Zumbo, tal como nos prazos vale do Zambeze. As próprias fronteiras do território da vila eram muito porosas e propícias a que os escravos abandonassem os seus senhores. Nesta altura, um grande número de cativos habitava do outro lado do Aruângua, em Mukariva, o território doado por um anterior chefe Mburuma aos moradores da feira, mas que eles não tinham efectivamente ocupado. Os senhores do Zumbo queixavam-se de que os seus escravos estavam aí refugiados sob a protecção de Mburuma e dos seus súditos e reclamavam a sua devolução, um dos motivos, a par da disputa por essa terra e pelas rotas comerciais, que estavam na base do conflito entre os moradores e esse chefe¹⁰.

Independentemente da grande autonomia de que gozavam, estes indivíduos eram vistos como escravos e reconheciam-se como tal. De facto, para esses escravos dispersos por

6 Carta de Frei Vasco de N^o S^o do Pilar para o governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro, 20 de Janeiro de 1783, AHU, Moç., cx. 41, doc. 7.

7 *Achikunda* idos da área de Tete e Sena instalaram-se, porém, no Zumbo na segunda metade do século XIX (Isaacman e Isaacman, 2006).

8 Anónimo, “Memórias sobre a Costa d’África Oriental e algumas reflexões úteis para estabelecer melhor, e fazer mais florente o seu comercio”, 1762, in Andrade, 1955: 203.

9 Trelado do termo do adjunto de 24 de Outubro de 1982, AHU, Moç., cx. 40, doc. 69.

10 Trelado do termo dos adjuntos de 30 de Julho, 21 de Agosto e 7 de Setembro de 1780, AHU, Moç., cx. 37, doc. 16.

diferentes territórios, a relação escravagista era reatualizada quando chegava um novo padre e os cativos compareciam para, na expressão usada, “reconhecer o cativo”. Isso implicava um ritual no qual os escravos, conduzidos pelo seu chefe, o *mukazambo*, surgiam perante o amo, que, conforme “o *costumado estilo*”, lhes deveria entregar “*algumas peças de fato, vaca, e de beber*”¹¹. Aparentemente, estas ofertas recriavam a dívida original ligada ao processo de escravização e expressavam a protecção que o amo deveria prestar aos seus escravos. Este aparato simbólico tornava claro aos olhos de um e outros, bem como de toda a comunidade, o tipo de vínculo que envolvia estas pessoas.

Essa relação pressupunha que os padres, quando necessitavam dos serviços dos escravos, os mandavam chamar. Eles podiam ser solicitados para desempenhar as suas actividades habituais ou fazer outros labores ocasionais, como renovar a cobertura das casas, os quais eram recompensados pelo senhor¹². A retribuição dos serviços prestados integrava as relações políticas e sociais nesta região e deveria ser observada também em relação aos cativos, pelo que o incumprimento desta norma dava azo a um descontentamento fundado¹³. Conforme os códigos escravagistas vigentes na feira, como noutros locais do vale do Zambeze, os escravos tinham também a liberdade de trabalhar para outros moradores, mediante a autorização do seu senhor, recebendo por esse serviço uma remuneração¹⁴. Importa igualmente ressaltar que os próprios cativos possuíam escravos, o que não era raro na região sobretudo entre aqueles que, como ocorria no Zumbo, se ocupavam do trato e tinham possibilidade de acumular riqueza. Porém, a mobilidade social facultada pelo comércio não se traduzia em geral na compra da liberdade, mas em ajuntar gente, o principal meio de riqueza e prestígio na região¹⁵.

Este vasto conjunto de cativos era conhecido por “*escravos da religião*” ou “*cafres da religião*”¹⁶, como aparecem referidos os escravos dos dominicanos na documentação sobre este levantamento. Com efeito, do ponto de vista do direito português, eles não pertenciam propriamente a um indivíduo, mas à Ordem dos Pregadores e, como tal, respondiam perante o vigário dominicano colocado na feira. Mas, tudo indica que aquela expressão não se reportava apenas ao quadro normativo português. Os registos deste levantamento sugerem que estes escravos tinham desenvolvido uma identidade associada a esse vínculo aos dominicanos, certamente fundada no estatuto adquirido por Frei Pedro. Eles reivindicavam essa pertença, denominando-se também eles próprios “*cativos da religião*” e usando esse argumento discursivo nas negociações subsequentes a este levantamento. A investigação desenvolvida não permite ainda avaliar nas suas várias dimensões como a ligação aos religiosos pregadores era incorporada na identidade destes escravos. Ainda assim, fica claro que eles se reconheciam como pertencendo à religião de S. Domingos e tinham consciência da subordinação dos dominicanos do Zumbo ao vigário-geral da ordem em Goa, o qual identificavam como o “*Padre grande*”. Esta

11 Trelado do termo do adjunto de 24 de Outubro de 1982, AHU, Moç., cx. 40, doc. 69.

12 Trelado do termo do adjunto de 24 de Outubro de 1982, AHU, Moç., cx. 40, doc. 69.

13 Ver, por exemplo, Auto de justificação mandada tirar pelo juiz ordinário António Caetano de Sousa, 30 de Janeiro de 1783, AHU, Moç., cx. 44, doc. 51.

14 Carta de Frei Vasco de N.ª S.ª do Pilar para o governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro, 20 de Janeiro de 1783, AHU, Moç., cx. 41, doc. 7.

15 Para a escravatura nos prazos da coroa do vale do Zambeze, com a qual as práticas de escravatura no Zumbo partilhavam vários aspectos, ver Isaacman, 1972; Isaacman e Isaacman, 2006; Capela, 1995; Newitt, 1973; Newitt, 1995; Rodrigues, 2001; Rodrigues, 2002; Rodrigues, 2008.

16 “Cafre” deriva do árabe *kafir*, infiel, termo empregue pelos muçulmanos para designar os povos não islâmicos da costa oriental de África. “Cafre” era usado pelos portugueses, quer para referir os habitantes não muçulmanos da África Oriental, quer como sinónimo de escravo.

entidade, que assim se fazia presente no Zumbo, era também vista pelos cativos como patrocinadora dos seus direitos, como sugere o facto de a evocarem no decurso dos acontecimentos aqui referidos¹⁷.

Escravos com “dezmaziada liberdade”

A posição construída por Frei Pedro da Trindade no Zumbo fez dele e dos seus sucessores uma chefia importante neste espaço, como reconhecia, em 1766, o governador-geral de Moçambique ao afirmar que “*sò os filhos de São Domingos merecem a obediencia desses cafres*”¹⁸. Mesmo quando, nessa altura, os capitães da feira deixaram de ser escolhidos regularmente entre os vigários dominicanos da povoação¹⁹, eles mantiveram essa proeminência e assumiram, por vezes, o governo interino da feira, na ausência ou morte dos titulares. Isso aconteceu em 1782, quando Frei Vasco de Nossa Senhora do Pilar, chegado ao Zumbo no final de 1780²⁰, foi encarregado pelo governador dos Rios de Sena, António Manuel de Melo e Castro, de substituir o governador e capitão-mor do Zumbo, Caetano Manuel Correia, que se retirara doente para Tete²¹. A supremacia dos dominicanos, equivalente à do capitão-mor, traduzia-se no epíteto de “*sua magestade*” com que eles eram conhecidos na região do Zumbo²². Esse prestígio transparece igualmente nas embaixadas enviadas pelos chefes africanos aos moradores da feira, sendo de notar que a oferta remetida ao vigário dominicano era análoga à destinada ao capitão-mor, esperando-se uma retribuição equivalente²³. De igual modo, quando aparecia na povoação um novo religioso, identificado pelas suas vestes em creme e castanho, ele era imediatamente visitado por essas embaixadas, sendo forçado a corresponder aos seus presentes. A proeminência dos dominicanos estava claramente relacionada com o papel traçado pelo fundador e não se estendia a outros religiosos, como os padres seculares²⁴.

Apesar do prestígio que conservavam na área do Zumbo na segunda metade de Setecentos, os dominicanos revelavam dificuldades crescentes em manter a chefia política construída por Frei Pedro da Trindade, que adquirira fortuna e fizera o aprendizado dos “estilos” locais durante uma vivência de quarenta anos na feira. De facto, os sucessores de Frei Pedro não pareceram tão dispostos a adaptar-se a normas africanas, nem tiveram a oportunidade de erigir a opulência alcançada pelo seu antecessor. Antes de mais, eles representavam a nova vila do Zumbo como um espaço hegemónico pelo quadro administrativo e normativo português, operando com os mesmos mecanismos da cidade Goa,

17 Ver, em particular, Trespado do termo do adjunto de 29 de Outubro de 1982, AHU, Moç., cx. 40, doc. 69.

18 Carta do governador-geral Baltazar Pereira do Lago para o vigário do Zumbo Frei Manuel José de Santa Ana, 25 de Outubro de 1766, AHU, cód. 1328, fls. 132-133.

19 Existem exemplos anteriores de capitães-mores que não eram religiosos. No entanto, a partir de 1766 o governador-geral Baltazar Pereira do Lago, atendendo às ordens da Coroa que proibiam os religiosos de exercerem officios régios, passou a nomear capitães leigos, aproveitando, aliás, o conflito então aberto entre o governador dos Rios de Sena Marco António Azevedo Coutinho Montauray e o padre Manuel de Santa Ana. Carta do governador-geral Baltazar Pereira do Lago para o vigário do Zumbo Frei Manuel José de Santa Ana, 25 de Outubro de 1766, AHU, cód. 1328, fls. 132-133.

20 Portaria do governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro, 27 de Outubro de 1780, AHU, Moç., cx. 33, doc. 75.

21 Carta do capitão-mor do Zumbo Caetano Manuel Correia para o governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro, 20 de Novembro de 1781, AHU, Moç., cx. 37, doc. 49; Carta de Frei Vasco de N^o S^o do Pilar para o governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro, 20 de Janeiro de 1783, AHU, Moç., cx. 41, doc. 7.

22 Trespado do termo do adjunto de 29 de Outubro de 1781, AHU, Moç., cx. 37, doc. 47.

23 Ver, por exemplo, Folha da despesa que fez o capitão-mor e o comum da vila com o saguete do *mutapa* Changara, 30 de Janeiro de 1781, AHU, Moç., cx. 35, doc. 20.

24 Carta do comandante interino do Zumbo António Caetano de Sousa para o governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro, 5 de Novembro de 1782, AHU, Moç., cx. 40, doc. 30.

de onde a maioria era oriunda. Essa imagem levava-os a esperar a actuação da administração portuguesa em defesa das suas posições, alheando-se do facto de a sobrevivência da feira do Zumbo, embutida em território africano, depender do equilíbrio periclitante de um complexo conjunto de relações negociadas com múltiplos poderes. Em estreita articulação com essa posição estavam as leis que proibiam os religiosos de comerciar, que se tornaram mais restritivas na década de 1760. É certo que a documentação mostra amplamente que os religiosos ultrapassavam essa limitação, negociando através de intermediários. Isso acontecia no caso de Frei Vasco do Pilar, que usava como mediador comercial o seu criado João Tomás de Aquino, também ele natural de Goa. Porém, os dominicanos tinham agora menor capacidade de acumular riqueza²⁵, a qual era ainda abalada pela decadência das trocas que afectava todos os mercadores da região.

Logo que chegou ao Zumbo, pouco depois de ter aportado à Ilha de Moçambique, a sede da capitania, Frei Vasco do Pilar questionou o quadro de relações vigente na região entre os elementos da sociedade colonial e os africanos, quer no que respeita às chefaturas vizinhas, quer no que concerne aos escravos de S. Domingos.

Embora em informação anterior, o capitão-mor do Zumbo tivesse abonado a actuação do padre²⁶, em 1781, ele queixou-se de o vigário não querer responder aos presentes dos chefes locais segundo os costumes do país, vendo nessa quebra protocolar um possível pretexto para a guerra²⁷. Com efeito, o padre, justificando que não negociava como os seus antecessores, protestara asperamente contra as constantes embaixadas de chefes karangas e maraves, cujos presentes era obrigado a devolver num valor muito superior ao recebido e ao que a sua cõngrua podia suportar. E apenas anuíra a corresponder a essas embaixadas depois de coagido por um adjunto, uma reunião que juntava as autoridades e os principais moradores da vila. Eles alegaram que, ainda assim, o padre tinha essas obrigações históricas devido aos interesses que a sua ordem conservava na vila, nomeadamente aos muitos escravos que possuía²⁸. O próprio Frei Vasco do Pilar, já no comando da vila, denunciou ao governador dos Rios de Sena o que considerava serem as extorsões do chefe Mburuma, reportando as taxas exigidas para autorizar a passagem das caravanas comerciais ou a apreensão dos bens transportados²⁹.

Também no que respeita aos escravos sob a sua autoridade, o vigário manifestou a intenção de não tolerar a sua “*dezmaziada liberdade*”³⁰, tomando medidas que acabaram por conduzir ao levantamento de 1782. Os registos produzidos sobre este acontecimento compõem-se de cartas de ofício para o governador dos Rios de Sena, termos dos adjuntos feitos no Zumbo e um auto de justificação posterior. No conjunto desta documentação, é possível perceber as motivações dos vários actores sociais, moradores da feira e escravos. De facto, as exigências e as perspectivas dos cativos levantados perpassam

²⁵ Ver, por exemplo, Trespelado do termo do adjunto de 24 de Outubro de 1982, AHU, Moç., cx. 40, doc. 69; Carta de frei Vasco de N^o S^o do Pilar para o governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro, 6 de Outubro de 1782, AHU, Moç., cx. 36, doc. 30. Carta do comandante interino do Zumbo António Caetano de Sousa para o governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro, 5 de Novembro de 1782, AHU, Moç., cx. 40, doc. 30.

²⁶ Carta do capitão-mor do Zumbo Caetano Manuel Correia para o governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro, 31 de Maio de 1781, AHU, Moç., cx. 36, doc. 30.

²⁷ Carta do capitão-mor do Zumbo Caetano Manuel Correia para o governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro, 19 de Novembro de 1781, AHU, Moç., cx. 37, doc. 48.

²⁸ Trespelado do termo do adjunto de 29 de Outubro de 1781, AHU, Moç., cx. 37, doc. 47.

²⁹ Carta de Frei Vasco de N^o S^o do Pilar para o governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro, 6 de Outubro de 1782, AHU, Moç., cx. 36, doc. 30.

³⁰ Carta de Frei Vasco de N^o S^o do Pilar para o governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro, 20 de Janeiro de 1783, AHU, Moç., cx. 41, doc. 7.

as narrativas dos mercadores e autoridades da feira, frequentemente numa linguagem muito próxima da que terá sido usada. Através desses documentos administrativos, é possível recuperar a voz desses escravos e não apenas dos amos.

Assim, Frei Vasco do Pilar, tendo convocado os escravos para “*tomar posse daquellez benz submoventez*”, tinha-se deparado logo com a sua insubordinação. Era claro que o vigário partilhava a visão dos escravos como uma propriedade móvel, que ele pretendia empregar como entendia. No entanto, essa representação das relações entre escravo e senhor, se podia ser adaptada a outros contextos, contendia com as práticas de escravatura na região. Quando chamados, apenas um quarto dos escravos comparecera e, o mais grave, o *mukazambo* deles, Inhazua, primara pela ausência. Conforme o vigário, com esse exemplo de insubmissão do seu chefe, os demais escravos tinham-se tornado também desobedientes. Logo depois, quando os intimara para fazerem a cobertura das casas, na vila, tinham aparecido apenas uns poucos³¹. Outro motivo de conflito, como Frei Vasco do Pilar expôs depois ao governador dos Rios de Sena, residia no facto de os escravos da religião trabalharem para os mercadores da feira. Ele próprio garantiu ter-se oposto a essa prestação de serviços habitual na área³². Ora, num contexto em que os dominicanos não conseguiam angariar a riqueza de outrora, os préstimos fornecidos a outros moradores ganhavam uma enorme relevância para esses escravos enquanto instrumento de acumulação de bens e de manutenção do seu estatuto social.

Tentando afirmar o seu poder sobre os escravos, o padre passou a recorrer à violência. Prendeu cinco dos seus parentes, provavelmente os filhos, como aparece mencionado nas várias descrições. Com isso, ele tentava obrigar os escravos a comparecerem na sua presença e reforçar, desse modo, a sua autoridade. O padre estava, assim, a manusear um mecanismo existente nas sociedades locais, a escravização associada a processos judiciais, já que ele afirmava ter tomado essas pessoas por “*milandos*” (questões judiciais), que ele alegava serem justos³³. A documentação não refere como se processou a prisão destes escravos, que estavam amarrados nas gargalheiras³⁴. Mas, certamente, o vigário recorreu aos escravos residentes nas casas de S. Domingos ou aos fornecidos por algum morador seu aliado.

Além destas pessoas sequestradas pelo padre, os cativos tinham sido forçados a ceder quatro dos seus próprios escravos, devido a contas mal pagadas. Os *vashambadzi* da religião tinham ido comerciar fazendas de João Tomás de Aquino, certamente em nome de Frei Vasco Pilar, que reconheceu ter emprestado essas mercadorias ao seu criado. Conforme o padre, no acerto de contas, os escravos tinham optado por entregar-lhe quatro pessoas como restituição do valor desses bens³⁵. Isso pressupunha a apropriação de uma prática local que a documentação portuguesa identifica como *chibingue*, entendida como uma condenação. Noutras situações e noutras regiões do vale do Zambeze, essas transgressões eram frequentemente pagas em “*machiras*”, os tecidos de algodão de fabrico

31 Carta de Frei Vasco de N^o S^o do Pilar para o governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro, 20 de Janeiro de 1783, AHU, Moç., cx. 41, doc. 7; Treslado do termo do adjunto de 24 de Outubro de 1982, AHU, Moç., cx. 40, doc. 69.

32 Carta de Frei Vasco de N^o S^o do Pilar para o governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro, 20 de Janeiro de 1783, AHU, Moç., cx. 41, doc. 7.

33 Treslado do termo do adjunto de 24 de Outubro de 1982, AHU, Moç., cx. 40, doc. 69.

34 Carta do comandante interino do Zumbo António Caetano de Sousa para o governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro, 5 de Novembro de 1782, AHU, Moç., cx. 40, doc. 30.

35 Carta de Frei Vasco de N^o S^o do Pilar para o governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro, 20 de Janeiro de 1783, AHU, Moç., cx. 41, doc. 7; Treslado do termo do adjunto de 24 de Outubro de 1982, AHU, Moç., cx. 40, doc. 69; Carta do comandante interino do Zumbo António Caetano de Sousa para o governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro, 5 de Novembro de 1782, AHU, Moç., cx. 40, doc. 30.

local³⁶. Estes escravos passaram, assim, para uma situação de duplo cativo, que ilustra a diversidade de situações existentes na região: eles eram escravos permanentes dos escravos de S. Domingos, e estavam sujeitos a um cativo transitório, penhorados pelas dívidas dos seus amos ao vigário dominicano.

Por último, o padre tentara prender o *mukazambo* Inhazua, quando ele fora cultivar umas terras, alegando que “*elle não era captivo dos Butongas*”³⁷, uma denominação que se referia aos africanos livres. Naturalmente, o que estava em causa era o facto de Inhazua estar ocupado com a cultura das terras de uma linhagem livre, provavelmente a sua, em vez de fornecer trabalho ao amo. O padre tentava, desse modo, fazê-lo reconhecer um cativo sob condições muito mais duras do que as que corporizavam a instituição na região. Era notório que havia uma crescente conflituosidade entre o padre e os escravos da religião, tendo sido o uso da violência fora do contexto definido pelas normas locais a despertar a reacção dos cativos. De facto, tal como noutras zonas da África Oriental (Campbell e Alpers, 2004: xi), os senhores sabiam que a violência tinha de ser doseada e empregue consoante condições anteriormente negociadas.

“Juntos em corpo de guerra”

No dia 23 de Outubro de 1782, soube-se que os escravos da religião estavam “*amussassados*”, isto é, tinham construído um acampamento de guerra, em Chupapa, no território do chefe Mburuma, do outro lado do rio Aruângua. Alguns cativos estavam “*juntos em corpo de guerra*” e agregavam outros escravos aí refugiados. Conforme as notícias que circulavam, o seu fito era deslocarem-se à vila para “*insultar*” o vigário Frei Vasco do Pilar, pelas opressões a que os sujeitava. Os registos permitem identificar os chefes do levantamento. Foram apontados como “*os cabeças desta rebelião*” os *akazambo* Inhazua, Sanguane, ambos cativos dos dominicanos, e Chinarungue, um escravo de outro morador que estivera preso na casa amuralhada de S. Domingos a pedido do amo. No entanto, a liderança de Inhazua era clara, sendo ele o principal interlocutor dos moradores da feira e evidenciando-se a sua posição no rumo dos acontecimentos³⁸.

Os moradores descreveram as movimentações dos cativos como um “*alevntamento*”, uma “*rebelião*”, uma “*insurreição armada*”, enquanto os líderes eram identificados como “*rebellidos, e desobedientes*” com um “*projecto*”³⁹. Por conseguinte, a representação política que os moradores e as autoridades do Zumbo fizeram desse protesto armado foi que se tratava de uma rebelião. Essa percepção era dada não apenas pelo facto de os escravos empunharem armas, mas também por organizarem acampamentos de guerra, as “*mussassas*”.

Reunidos, logo nesse dia, em adjunto, os moradores concluíram que, face à falta de meios defensivos, a referida guerra ameaçava toda a vila e punha em perigo as mercadorias des-

36 Na documentação portuguesa, aparece por vezes a designação de “chibingue” como sinónimo de castigo aplicado a qualquer transgressão, embora seja clara a existência de diferentes categorias de penas nas sociedades africanas da região. “Chibingue” deriva provavelmente de *kubinga* - suscitar questões, causar prejuízo (Rodrigues 2002: 633-634).

37 Treslado do termo do adjunto de 24 de Outubro de 1982, AHU, Moç., cx. 40, doc. 69.

38 Treslado do termo dos adjuntos de 23 e 24 de Outubro de 1982, AHU, Moç., cx. 40, doc. 69. Chinarungue era escravo de Gil Bernardo Coelho de Campos e fora preso na casa de S. Domingos a pedido do amo, por faltarem valores nas carregações que levava para negociar, e para ser solto dera ao amo quatro escravos.

39 Ver, por exemplo, Carta do comandante interino do Zumbo António Caetano de Sousa para o governador dos Rios António de Melo e Castro, 22 de Dezembro de 1782, AHU, Moç., cx. 40, doc. 69; Treslado do termo do adjunto de 23 de Outubro de 1982, AHU, Moç., cx. 40, doc. 69.

tinadas ao trato⁴⁰. Desta reunião resultou a resolução de encarregar o mestre-de-campo das armas e juiz ordinário, António Caetano de Sousa, sendo o morador mais antigo e experiente, de conseguir “*o acomodamento da dita Cafreiria por todos os meios e diligências, em serviço de Deus, do rei e do bem público*”⁴¹. Assim, nas condições de debilidade militar em que se encontrava a vila, sem fortificação e desprovida de soldados, os moradores foram obrigados a tentar perceber quais as cedências necessárias para acomodar os escravos e defender os seus próprios interesses.

Na verdade, as negociações com os insurrectos revelam a fragilidade da posição dos moradores do Zumbo, e da própria administração portuguesa, num espaço hegemónico pelos poderes africanos. Essa fraqueza manifestava-se, antes de mais, na necessidade de discutir com os levantados e de os “*acomodar*”, em vez de os reprimir, pese embora as diferentes perspectivas e as dissensões emergentes entre o grupo de residentes. Com efeito, esta solução desencadeou a divisão inicial dos moradores, protagonizada por Frei Vasco do Pilar e António Caetano de Sousa.

O padre, embora sendo o visado no levantamento dos cativos, beneficiava da proeminência conquistada pelos dominicanos na região e da sua própria posição no governo da vila, de que fora formalmente encarregado pelo governador dos Rios de Sena. Assim, Frei Vasco do Pilar, o seu criado João Tomás de Aquino e dois outros moradores, Feliciano José e Francisco Manuel de Sousa, defenderam uma posição de resistência aos cativos. Mas, atendendo à inexistência de meios defensivos na vila, a solução, já antes experimentada, era mudarem-se com os seus haveres para a ilha de Cabaçone (ou Camblaione), no Zambeze. O padre, enquanto comandante, ordenou que todos os moradores se transferissem para a ilha, alegando que “*onde ficava a cabeça, ficavam os membros*”. Mas, apenas ele e os seus apoiantes procederam à mudança dos seus próprios bens e pessoas nessa noite, tendo transportado, no dia seguinte, as mercadorias da Fazenda Real. Em consequência, o padre ficou “*fugoço, e desabrido*”, acusando os demais moradores de desobediência⁴².

A perspectiva dos restantes moradores, liderados por António Caetano de Sousa, era bem distinta. Sousa, como explicou mais tarde ao governador dos Rios de Sena, admitia que os escravos estavam há muito queixosos do padre e do seu criado porque “*lhês fazião tantas sem resoens*” e a mesma posição foi adoptada por outros moradores interrogados no auto de justificação que sucedeu aos acontecimentos. António Caetano de Sousa opunha-se ao abandono da vila, avançando três argumentos. Em primeiro lugar, a deslocação dos moradores para a ilha seria interpretado como um sinal de fraqueza que iria fragilizar ainda mais a sua posição perante os chefes africanos vizinhos. Sousa alegava que se daria com “*este aballo, e novamente ocasião aos Regullos e Principes circunvezinhos disserem que por medo dos cativos dezempararão a Villa e nesta forma ficarmos mais abatidos no respeito*”. O juiz referia-se aos vários bloqueios que a vila tinha sofrido proximamente por parte dos chefes de linhagem do Monomotapa, num dos quais, em 1778, a aliança entre o Zumbo e Mburuma resultara na morte de vários mercadores. Em segundo lugar, Sousa evocou a sua experiência para argumentar que era possível acomodar os cativos. Assim, defendia

40 Trespado do termo do adjunto de 23 de Outubro de 1982, AHU, Moç., cx. 40, doc. 69; Carta do comandante interino do Zumbo António Caetano de Sousa para o governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro, 5 de Novembro de 1782, AHU, Moç., cx. 40, doc. 30.

41 Trespado do termo do adjunto de 23 de Outubro de 1982, AHU, Moç., cx. 40, doc. 69.

42 Carta do comandante interino do Zumbo António Caetano de Sousa para o governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro, 5 de Novembro de 1782, AHU, Moç., cx. 40, doc. 30. O padre já apontara essa saída em anterior conjuntura. Carta do governador e capitão-mor do Zumbo Caetano Manuel Correia para o governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro, 7 de Janeiro de 1782, AHU, Moç., cx. 38, doc. 7.

que “*não se fizesse aballo sem saber a resolução dos ditos cafres*”, defendendo que “*tudo se acabava suavemente por negociações*”. De facto, os cativos de S. Domingos tinham já feito outros levantamentos armados após a morte de Frei Pedro da Trindade, nos quais tinham forçado os dominicanos a negociar. Por fim, o juiz e mestre-de-campo defendeu que mesmo havendo meios para lutar contra os escravos, tal não era conveniente “*visto ser inimigo de casa, por serem cativos, que ficassem bem, ou mal ficava a villa esposta a continuo desasucego, e sustos, e os habitantes moradores, e mercadores em risco de suas vidas, incendios, e roubos*”. Sousa reconhecia, assim, a dependência em que os negociantes do Zumbo estavam da relação com os seus escravos e da importância de não os hostilizar para não criar um inimigo interno, quando a vila estava cercada por adversários externos⁴³.

Neste contexto, Sousa e os seus seguidores consideraram que as determinações do vigário e comandante da vila para transferir bens e pessoas eram precipitadas. Tanto mais que, segundo afirmavam, havia mercadorias sujeitas a avaria e passos secos que tornavam a ilha acessível aos revoltosos. Sousa recusou-se a mudar as suas fazendas e a ceder embarcações a outros moradores para o fazerem, sugerindo que se acolhessem nas suas casas, certamente as mais bem defendidas da povoação⁴⁴. A discussão no seio dos moradores do Zumbo mostra como os senhores de escravos não constituíam um grupo coeso, variando as suas posições conforme as situações e a natureza dos conflitos.

Mas, não foi apenas a resolução de encetar negociações a indiciar a necessidade de os moradores da feira se ajustarem às normas africanas. Os termos seguidos nas conversações subsequentes configuram também essa adaptação. Antes de os levantados comunicarem as suas exigências, o padre queria enviar algum fato, certamente para os apaziguar, ao que António de Sousa se opôs, alegando ser necessário seguir o figurino das negociações locais e esperar pelas reivindicações dos levantados antes de qualquer iniciativa, que poderia conduzir a mais despesas⁴⁵. António de Sousa possuía um conhecimento do protocolo das negociações que o padre não detinha ou pretendia eventualmente manipular. Em todo o processo subsequente, os moradores da feira reconheceram também a indispensabilidade de conduzir os ajustes consoante as normas africanas vigentes na região, ou seja, “*conforme os seus estilos*”⁴⁶.

Assim, os moradores começaram por enviar os escravos *mwanamucati* (embaixadores) de Sousa para ouvirem as exigências dos “*amussassados*”. Depois de as escutarem, os enviados regressaram à vila com o conteúdo das reclamações, mas foram seguidos pelos *mwanamucati* de Inhazua, que queria decididamente assegurar-se de que as suas imposições seriam entendidas e atendidas. Os seus enviados falavam certamente algum português e tinham como missão certificar-se de que as exigências do amo eram claramente expressas. Por conseguinte, as conversações desenrolavam-se através destes intermediários que se deslocavam entre os espaços controlados pelos moradores da feira e pelos levantados no território de Mburuma. Deste modo, as relações entre senhores e escravos assumiam também a configuração das trocas diplomáticas correntes na África Oriental (Rodrigues, 2004).

43 Carta do comandante interino do Zumbo António Caetano de Sousa para o governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro, 5 de Novembro de 1782, AHU, Moç., cx. 40, doc. 30; Auto de justificação mandada tirar pelo juiz ordinário António Caetano de Sousa, 30 de Janeiro de 1783, AHU, Moç., cx. 44, doc. 51.

44 Carta do comandante interino do Zumbo António Caetano de Sousa para o governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro, 5 de Novembro de 1782, AHU, Moç., cx. 40, doc. 30.

45 Auto de justificação mandada tirar pelo juiz ordinário António Caetano de Sousa, 30 de Janeiro de 1783, AHU, Moç., cx. 44, doc. 51.

46 Trelado do termo do adjunto de 29 de Outubro de 1982, AHU, Moç., cx. 40, doc. 69.

O adjunto reuniu-se de novo no dia seguinte, 24 de Outubro, agora nas casas de António Caetano de Sousa, para ouvir as queixas e exigências transmitidas pelos *mwana-mucati*. As reclamações dos cativos incidiam sobre o agravamento das condições de trabalho e de vida que o padre queria impor. Pela voz dos enviados, os líderes dos escravos começaram por enunciar que “*elles se têm ajuntado para virem ter com o seu amo dito Reverendíssimo senhor Padre, porquanto estavam desesperados das veixações, e opreções do dito seu amo [...] fazendo a elles ditos captivos reduzir a ultima miseria*”. Eles tentavam demonstrar que tinham cumprido os seus deveres como cativos, mas que, ainda assim, tinham sido maltratados pelo amo. Em sua defesa, adiantavam que tinham ido reconhecer o cativeiro e cumprir o serviço ordenado pelo padre, nomeadamente a cobertura das casas. Apesar disso, o padre os “*chibingava continuamente, pegando nos seus filhos, e tendo-os prezos*”, afora as pessoas que tinha tomado “*aos Mussambazes por razão das suas contas*”. Ademais, quando o *mukazambo* Inhazua quisera cultivar a terra Chupapa, o padre tentara capturá-lo. Face ao sucedido, eles consideravam que “*se vião desassuscegados, e oprimidos do dito seu amo*”. Os escravos expressavam, assim, uma visão das relações escravagistas bastante distinta da que o padre queria assacar.

Face à situação que descreviam, as exigências dos levantados consistiam em recuperar os seus filhos e os escravos tomados pelo acerto de contas com os *vashambadzi*. E, se algum dos presos tivesse morrido, protestavam que “*lhes desse duas cabeças conforme o estillo*”, ou seja, eles reclamavam a compensação habitual na região pela morte de alguém. Os escravos pediam ainda três mutoros⁴⁷ de fato “*para lavagem dos ditos seus filhos*”. Estes bens estavam certamente relacionados com um ritual de purificação do cativeiro transitório a que os já escravos tinham estado sujeitos, visando a sua reintegração social. No vale do Zambeze, ocorriam outras práticas de purificação análogas, como a “lavagem” de uma terra onde ocorra um homicídio, situação em que o senhor do território recebia uma compensação (Rodrigues, 2002: 631-632). A relação entre senhores e escravos na feira do Zumbo envolvia, assim, uma multiplicidade de lógicas, até de carácter jurídico e político, distintas das que habitualmente associam o escravo a um bem móvel e que enformavam as perspectivas do padre.

Finalmente, os escravos intimavam Frei Vasco do Pilar e o seu moço João Tomás, que eles achavam ser o mentor do padre, a retirarem-se da feira, sem o que eles próprios não abandonariam as armas. E anunciaram saber que o padre tinha transportado os seus bens para a ilha, sublinhando a ineficácia de tal medida porque eles tinham canoas e podiam chegar a ela. Importa salientar que a posse de canoas era pouco comum na região e apenas os principais moradores ou chefes africanos as detinham. Este aviso indiciava o poder destes escravos, quer porque eles próprios eram os proprietários das embarcações, quer porque as tinham obtido de algum chefe aliado. Ademais, eles deixaram claro que o confronto era com o padre e o seu criado João Tomás e que “*os Muzungos [moradores] não se intromettessem com a sua contenda, e que não têm nada com elles, e que de contrario seria geral com todos*”. Finalmente, mandaram dizer que no dia seguinte se deslocariam para Chimtibu, junto à vila, onde ficariam à espera de providências para as suas questões. As exigências destes escravos não punham, portanto, em causa a escravatura, mas o pró-

⁴⁷ O mutoro era uma trouxa de fato embrulhado em folha de palmeira, utilizada no transporte do sertão. Três trouxas faziam uma fumba.

prio senhor, pelo que concluíam: “*e viesse outro amo que lhes soubesse criar melhor*”⁴⁸. O termo “*criar*” estava associado à protecção que o senhor deveria dispensar aos seus escravos, tal como, em geral, qualquer chefe aos seus súbditos. Todas as situações reclamadas advinham, directa ou indirectamente, das condições laborais que o padre queria impor e da vontade dos cativos de as renegociar. De facto, estes escravos podiam ter permanecido nas terras de Mburuma, sem que a administração ou os moradores da feira pudessem recapturá-los. Mas, preferiram protestar, assumindo a sua condição de escravos da religião.

Negociar o trabalho escravo

O desenrolar deste levantamento remete para a existência na feira de um modelo de disputa entre senhores e escravos e também para um padrão de resolução desses conflitos assente na negociação. Nas conversações subsequentes, que decorreram até ao final de Outubro e envolveram quatro adjuntos, os moradores do Zumbo seguiram várias estratégias de aproximação aos insurrectos.

O adjunto decidiu que, face à disposição dos cativos, era imperioso soltar as pessoas presas, mas não era conveniente ceder de imediato a todas as suas exigências. Assim, seria de prosseguir as conversações e avaliar o que se podia fazer para acomodar os revoltosos “*armados em guerra*”. Todavia, após a restituição das nove pessoas presas pelo padre, as quais foram levadas pelos *mwanamucati* a Chimtibu, os alevantados continuaram a exigir a entrega dos bens pela lavagem da gente, insistindo nos seus “*estilos*”. Nestas circunstâncias, Frei Vasco do Pilar foi coagido a satisfazer os três mutoros de fato - compostos de tecidos e missangas - para a “*lavagem*” dos presos e foi-lhe exigida, ainda, uma frásqueira de bebida. O seu criado João Tomás de Aquino, identificado pelos insurrectos como a principal causa das “*prizoens, opressoens, e sem rezoens*”, também foi constrangido a ceder dois mutoros de fato e duas frásqueiras de bebida. E quanto a estes bens destinados à “*lavagem*” dos presos, os escravos “*disserõ ficavão satisfeitos*”⁴⁹.

No entanto, os revoltosos insistiam numa reivindicação fundamental ainda por cumprir, a retirada do padre e do seu criado para Tete, assegurando que sem isso não abandonariam a vila. Era claro que o padre se recusava a partir, entendendo, conforme António de Sousa, que perdido ele, se perdesse toda a feira. António de Sousa e os seus apoiantes consideravam necessário aceitar as exigências dos cativos, explicando que “*não estamos obrigados por amor delle, e de sua cafraria ariscar as nossas vidas; ruina geral com roubos, e dar fim a esta vila, que isto não manda Deus nem sua Magestade, tendo-se praticado da mesma sorte nos tempos antigos quando houue outros alevantamentos da mesma cafraria da Religião contra os Religiosos seus Amos*”⁵⁰.

Mas, perante a resistência do padre em largar o Zumbo, os escravos armados aumentaram a pressão sobre o amo e todos os moradores, transferindo a arena do confronto para dentro da vila. Cerca de 200 pessoas instalaram-se nas *ntemba* de S. Domingos, reafirmando

48 Treslado do termo do adjunto de 24 de Outubro de 1982, AHU, Moç., cx. 40, doc. 69. Ver também Carta do comandante interino do Zumbo António Caetano de Sousa para o governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro, 5 de Novembro de 1782, AHU, Moç., cx. 40, doc. 30.

49 Treslado do termo do adjunto de 29 de Outubro de 1982, AHU, Moç., cx. 40, doc. 69.

50 Carta do comandante interino do Zumbo António Caetano de Sousa para o governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro, 5 de Novembro de 1782, AHU, Moç., cx. 40, doc. 30.

desse modo a sua posição de força e a plausibilidade de um ataque armado⁵¹. Perante a determinação dos cativos, os moradores, no adjunto do dia 29, decidiram dirigir-se-lhes pessoalmente. António Caetano de Sousa, Feliciano José da Silva, representando as distintas facções de residentes, e o escrivão Manuel José Gonçalves tentaram convencer os escravos a desistirem do intuito, prometendo concertar com o governador dos Rios e os prelados a substituição de Frei Vasco do Pilar. Nestas conversações, foi utilizado sobretudo o escravo *chuanga*, isto é, o intérprete, de Feliciano José da Silva, que desconhecia a língua, enquanto António de Sousa falou directamente com Inhazua, mostrando, também nesta área, a sua experiência africana.

Todavia, os *akazambo* mostraram-se inflexíveis na decisão de expulsar o padre e o seu criado, “*dizendo que o Padre grande não mandava para cá oprimir e fazer sem rezoens a elles ditos captivos da Relligião*”. Os escravos evidenciavam, assim, o conhecimento de que os vigários da feira dependiam do vigário-geral de S. Domingos. A sua firmeza era revigorada pela notícia posta a circular por uns escravos de João Tomás de Aquino, os quais, reportando as palavras do amo, afirmavam que, passada a ocasião, o padre iria vingar-se. Aos olhos dos levantados, as propostas dos moradores surgiam como um logro, que visava despersuadi-los para “*depois fazer mal*”. E como António de Sousa tinha o padre alojado em sua casa e escorava a sua posição, os escravos passaram a exigir que ele os alimentasse enquanto estivessem na vila. De facto, durante este período, foram dados aos cativos pelo menos três alqueires de milho e uma vaca para se sustentarem⁵².

A disposição beligerante dos cativos tornou-se ainda mais patente quando eles cercaram as casas de António Caetano de Sousa, perturbando a vila com “*as suas pembersações, e disturbios*”⁵³. As “*pembersações*” eram manejos militares, descritos como “*muitos saltos, e diferentes movimentos, que fazem com a cabeça no acto da guerra, ou exercicios militares*”⁵⁴. Ao iniciar essas danças guerreiras em torno das casas de Sousa, os cativos mostravam a sua determinação em alcançar o seu objectivo. Com efeito, esses bailados devem ter sido percebidos como ameaçadores para os senhores do Zumbo, por envolverem apetrechos, meneios e cânticos bélicos, geralmente proibidos nas vilas do Zambeze.

Perante essas ameaças, no adjunto reunido a 29 de Outubro, o padre anuiu a sair da vila “*a vista da opressão, e atentado dos ditos captivos da Relligião, e não haver remedio por outros meyois visto a rezistencia dos mesmos Cafres, nem forças para os reprimir*”. Enquanto comandante, reconheceu a liderança de António Caetano de Sousa, deixando-o a substituí-lo devido à sua experiência e ao respeito que suscitava entre os escravos e os chefes vizinhos do Zumbo⁵⁵.

No dia seguinte, Inhazua enviou novos *mwanamucati* aos moradores para os informar que “*muito tinha estimado o seu acordo*”. Também esclarecia que iriam levantar a “*mus-sassa*” da povoação e instalá-la em Canceça e Goteca, ambos os locais a duas léguas da

51 Trespado do termo do adjunto de 29 de Outubro de 1982, AHU, Moç., cx. 40, doc. 69; Carta do comandante interino do Zumbo António Caetano de Sousa para o governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro, 22 de Dezembro de 1782, AHU, Moç., cx. 40, doc. 69.

52 Trespado do termo do adjunto de 29 de Outubro de 1982, AHU, Moç., cx. 40, doc. 69. Carta do comandante interino do Zumbo António Caetano de Sousa para o governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro, 5 de Novembro de 1782, AHU, Moç., cx. 40, doc. 30; Auto de justificação mandada tirar pelo juiz ordinário António Caetano de Sousa, 30 de Janeiro de 1783, AHU, Moç., cx. 44, doc. 51.

53 Trespado do termo do adjunto de 29 de Outubro de 1982, AHU, Moç., cx. 40, doc. 69.

54 António Manuel de Melo e Castro. “Relação de algumas armas e Ostensilios, de que uzão os Cafres habitantes dos grãdes Certomens”, 11 de Junho de 1785, AHU, Moç., cx. 49, doc. 56.

55 Trespado do termo do adjunto de 29 de Outubro de 1982, AHU, Moç., cx. 40, doc. 69.

vila, já que os escravos domésticos estavam a saquear os armazéns das casas de S. Domingos. Os levantados demarcavam-se, assim, dos cativos domésticos, que aproveitavam a ausência de poder para distribuir entre si os bens depositados nas casas dos pregadores. No entanto, eles avisavam que ficavam à espera da partida do padre e do seu criado para Tete, caso contrário, voltariam “*fazendo mayores hostilidades em geral, e então pagarião mais fatto a elles ditos Cafres, exprimentando grande dano*”⁵⁶.

O levantamento armado dos cativos de S. Domingos teve, deste modo, uma duração curta, tal como a maior parte destes protestos na África Oriental. Do ponto de vista dos cativos, ele constituiu um sucesso uma vez que eles conseguiram ver repostos os seus direitos já estabelecidos. Com efeito, esse era o objectivo da maior parte dos protestos armados, que visavam frequentemente reformar o sistema existente e não destruí-lo (v.g. Campbell e Alpers, 2004).

Aliados e coniventes

Já em Tete, depois de abandonar o Zumbo no dia 4 de Novembro, Frei Vasco do Pilar deu conta ao governador dos Rios de Sena, António de Melo e Castro, da sua visão dos acontecimentos. Forneceu as justificações já avançadas no Zumbo para as suas medidas para dominar os escravos, mas, fundamentalmente, relacionou a acção dos cativos com a actuação do chefe Mburuma e sugeriu que António Caetano de Sousa estivera na origem da sua expulsão do Zumbo⁵⁷.

Na verdade, tudo indica que os escravos de S. Domingos beneficiaram do apoio do chefe luenge Mburuma. Os moradores do Zumbo tinham sido aliados deste chefe e do seu antecessor, um tio, tendo-os apoiado militarmente contra inimigos externos e fornecido mercadorias destinadas a recrutarem partidários para aniquilarem competidores internos. Numa dessas contendas, vários mercadores do Zumbo tinham encontrado a morte. Mas, depois de alcançar o poder, Mburuma apoderara-se da terra cedida aos portugueses no contexto dessa aliança e tinha sob a sua protecção cativos dos moradores da feira. Esse conflito também estava relacionado com a competição política e comercial entre Mburuma e um chefe rival. Na perspectiva de Mburuma, parte do fluxo comercial saído da feira iria fortalecer o seu antagonista pelo que ele tentava tolher o trânsito das caravanas e impor elevados direitos de passagem para toda a zona luenge, um dos principais mercados do Zumbo⁵⁸.

Embora Mburuma não tivesse surgido como um dos actores visíveis do levantamento dos escravos da religião, eles tiveram de contar com o seu apoio. De facto, os cativos viviam no seu território e foi lá que se reuniram em corpo de guerra. Mburuma pretendia certamente debilitar ainda mais a posição dos moradores da feira para os obrigar a cederem às suas exigências de devolução do território doado pelo seu antecessor e de aumento das taxas alfandegárias. Estas alianças entre escravos e chefias livres não eram raras, quer porque os ligavam vínculos de parentesco, quer porque tinham interesses convergentes (Rodrigues 2000).

⁵⁶ Treslado do termo do adjunto de 30 de Outubro de 1982, AHU, Moç., cx. 40, doc. 69.

⁵⁷ Carta de Frei Vasco de N.º S.º do Pilar para o governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro, 20 de Janeiro de 1783, AHU, Moç., cx. 41, doc. 7.

⁵⁸ Treslado do termo do adjunto de 10 de Setembro de 1781, AHU, Moç., cx. 37, doc. 16; Carta do comandante interino do Zumbo António Caetano de Sousa para o governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro, 28 de Novembro de 1782, AHU, Moç., cx. 40, doc. 54; Treslado do termo do adjunto de 7 de Dezembro de 1782, AHU, Moç., cx. 40, doc. 64.

Aparentemente, os revoltosos contaram também com a conivência de alguns moradores. Frei Vasco do Pilar apontou António de Sousa como a causa da sua retirada da vila. O padre tentara impedir os escravos da religião de fornecerem trabalho aos mercados da feira, alguns deles recém-chegados e sem mão-de-obra disponível para as várias tarefas especializadas. No entanto, se os escravos não apareciam na casa de S. Domingos, iam de noite à vila, às escondidas, para fazerem serviços para outros moradores. Por exemplo, quando o padre quisera ocupar um dos seus escravos ourives, este comunicara que só compareceria depois de terminar o trabalho de Sousa. A resposta valeu a prisão do escravo e a indignação de António de Sousa. Esta disputa pelo trabalho dos escravos estava, então, na origem do conflito entre o vigário e outros moradores. Frei Vasco do Pilar ficou ainda mais convencido de o desfecho do levantamento convir a Sousa quando se inteirou dos acontecimentos posteriores à sua retirada para Tete. No dia seguinte, os escravos tinham ido pemberar “segundo o seu rito” à porta de António de Sousa, exibindo as suas danças guerreiras em sinal de agradecimento. Ademais, Sousa ficara a servir-se dos escravos da religião, tendo o ferreiro e os carpinteiros dos dominicanos a trabalharem para si, enquanto convocara os *vashambadzi* para irem negociar as fazendas de outro importante morador, José Pedro Dinis. Um outro *vashambadzi* fugitivo, Sacuenhando, que ficara com umas fazendas que o padre tinha enviado para comprar umas vacas, tinha aparecido nas casas de António de Sousa com um dente de marfim, que vendera a José Pedro Dinis⁵⁹. Por conseguinte, as movimentações dos escravos logo após a partida do vigário sugeriam, como ele denunciou, pelo menos uma certa conivência entre, por um lado, António de Sousa e outros moradores e, por outro, os cativos da religião.

Notas conclusivas

Na feira do Zumbo, coexistiam várias formas de se tornar escravo, na sua maioria associadas a processos de escravização voluntária, o “corpo vendido” em resultado de fomes ou de dívidas judiciais ou comerciais. A estes escravos eram assegurados determinados direitos e eles, em particular os dos dominicanos, gozavam de uma grande autonomia, claramente superior à vivenciada pelos escravos de outras áreas da África Oriental como os que eram usados nas plantações. No entanto, as experiências dos escravos podiam ser bem diversas, indo desde a situação dos escravos domésticos, certamente aqui mais controlados, à daqueles cujas actividades laborais relacionadas com o comércio e a mineração propiciavam uma notória liberdade.

Fossem quais fossem as características dessas práticas de escravatura, no Zumbo, a disputa pelo poder entre senhores e escravos obrigava os amos a agirem consoante o “estilo” do país e negociar o trabalho dos seus cativos. Com efeito, a não observância dessas regras conduzia a formas de resistência, que iam desde a fuga, o recurso mais habitual na região, até à insurreição armada. No caso do levantamento aqui focado, os “*escravos da religião*” não reclamavam o fim do seu estatuto jurídico. O que estava em causa era o seu dia-a-dia e, conforme as normas em vigor na região, a dureza das relações laborais que o novo amo tentava impor. A principal reivindicação dos cativos centrava-se na mudança de senhor - “*que viesse outro amo que lhes soubesse criar melhor*” - o que remete para as relações

59 Carta de Frei Vasco de N^o 5^o do Pilar para o governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro, 20 de Janeiro de 1783, AHU, Moç., cx. 41, doc. 7.

esclavagistas construídas anteriormente, nomeadamente durante a vida de Frei Pedro da Trindade. A insurreição armada forçou a abertura das negociações com os moradores da vila, que foram obrigados a satisfazer todas as reivindicações dos cativos.

Os “*escravos da religião*” não lutavam por mudar o seu estatuto legal, pelo que este levantamento partilha o objectivo de outros inventariados por G. Campbell e E. Alpers para a África Oriental, “*where the majority of people subject to slave or other forms of ‘unfree’ labour sought to better integrate themselves within existing systems, frequently resisting its abuses or constraints*” (Campbell e Alpers, 2004: x).

Referências

- Andrade, António Alberto Banha de, ed. (1955), *Relações de Moçambique Setecentista*, Lisboa: Agência Geral do Ultramar.
- Alpers, Edward A. (2003), *Flight to Freedom: Escape from Slavery among Bonded Africans in the Indian Ocean World, c. 1750-1962, Slavery & Abolition*, nº 24: 2, pags. 51 a 68.
- Beach, David (1980), *The Shona and the Zimbabwe 900-1850*, London: Heineman; New York: Africana; Gwelo: Mambo Press.
- Campbell, Gwyn e Alpers, Edward A. (2004), *Introduction: Slavery, forced labour and resistance in Indian Ocean Africa and Asia, Slavery & Abolition*, nº 25: 2, pags. ix a xxvii.
- Capela, José (1995), *Donas, Senhores e Escravos*, Porto: Afrontamento.
- Cooper, Frederick, Holt, Thomas C. e Scott, Rebecca J. (2005) [2000], *Além da escravidão. Investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, trad. Maria Beatriz de Medina.
- Curto, José C. (2005), *Resistência à escravidão na África: o caso dos escravos fugitivos recapturados em Angola, 1846-1876, Afro-Ásia*, nº 33, pags. 67 a 86.
- Denis, Philippe (1998), *The Dominican friars in Southern Africa: a social history, 1577-1990*, Leiden-Boston-Koln: Brill.
- Isaacman, Allen (1972), *Mozambique: the africanization of a European Institution. The Zambezi Prazos. 1750-1902*, Madison: The University of Wisconsin Press.
- Isaacman, Allen F. e Isaacman, Barbara S. (2006) [2004], *Escravos, escravagistas, guerreiros e caçadores. A Saga dos Chicundas do Vale do Zambeze*, Maputo: PROMÉDIA, trad. António da C. Barradas.
- Lovejoy, Paul E. (1983), *Transformations in slavery. A history of slavery in Africa*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Miers, Suzanne (2003), *Slavery: A Question of Definition, Slavery & Abolition*, nº 24: 2, pags. 1 a 16.
- Miller, Joseph C. (2003), *A Theme in Variations: A Historical Schema of Slaving in the Atlantic and Indian Ocean Regions, Slavery & Abolition*, nº 24: 2, pags. 169 a 194.
- Mudenge, S. I. G. (1974), *The role of foreign trade in the rozvi empire: a reappraisal, Journal of African History*, nº XV: 3, pags. 373 a 391.
- Mudenge, S. I. G. (1977), *Eighteenth-century Portuguese settlements on the Zambezi and the dating of rhodesian ruins: some reflections on the problems of referende dating, The International Journal of African Historical Studies*, nº X: 3, pags. 384 a 393.

- Mudenge, S.I.G. (1988), *A political History of Munhumutapa c. 1400-1902*, Harare: Zimbabwe Publishing House.
- Newitt, M.D.D. (1973), *Portuguese settlement on the Zambesi*, London: Longman.
- Newitt, Malyn (1995), *A history of Mozambique*, London: Hurst & Company.
- Oliveira, Carlos Ramos de (1976), *Os tauaras do vale do Zambeze*, Lisboa: JICU.
- Pacheco, Albino, (1883), *Uma viagem de Tete ao Zumbo (1864)*, *Boletim Oficial de Moçambique*, nº 31, pag. 220.
- Robertson, Claire C. e Klein, Martin C., ed., (1983), *Women and Slavery in Africa*, Madison: The University of Wisconsin Press.
- Rodrigues, Eugénia (2001), *Senhores, Escravos e Colonos nos Prazos dos Rios de Sena no Século XVIII: conflito e resistência em Tambara*, *Portuguese Studies Review*, nº 9: 1-2, pags. 289 a 320.
- Rodrigues, Eugénia (2002), *Portugueses e Africanos nos Rios de Sena. Os Prazos da Coroa nos Séculos XVII e XVIII*, Dissertação de Doutoramento em História, História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, Universidade Nova de Lisboa.
- Rodrigues, Eugénia (2004), *Embaixadas portuguesas à corte dos mutapa*, in Carneiro, Roberto e Matos, Artur Teodoro de, coord., *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*, Lisboa: Centro de História de Além-Mar / Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, pags. 753 a 779.
- Rodrigues, Eugénia (2008), *Escravidão feminina, economia doméstica e estatuto social nos prazos do Zambeze no século XVIII*, in Sarmiento, Clara, ed., *Condição Feminina no Império Colonial Português*, Porto: Edições Politeia, pags. 51 a 67.
- Thornton, John, (1998) (1ª ed. 1992), *Africa and Africans in the Making of the Atlantic World, 1400-1800*, Cambridge: Cambridge University Press.

